

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 525.271 - SP (2019/0229696-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUCAS PAMPANA BASOLI - SP263943
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS VINICIUS DE LIMA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de MARCOS VINICIUS DE LIMA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2141020-81.2019.8.26.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante por ter supostamente praticado o delito do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em preventiva na data de 25/04/2019 (fls. 20/22).

Irresignada, a defesa impetrou prévio habeas corpus perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS – PRISÃO PREVENTIVA – TRÁFICO DE ENTORPECENTES – QUANTIDADE SIGNIFICATIVA E DIVERSIDADE DE DROGAS – SUBSISTÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS DA CUSTÓDIA CAUTELAR – INSUFICIÊNCIA DE CONDIÇÕES FAVORÁVEIS – ORDEM DENEGADA (fl. 24).

No presente *writ*, o impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva imposta ao paciente, baseada exclusivamente na gravidade abstrata do delito, sem a demonstração de circunstâncias concretas que indiquem a necessidade da segregação e a presença dos requisitos legais exigidos pelo art. 312 do CPP.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente.

Assevera a desproporcionalidade da prisão preventiva, haja vista que, em caso de eventual condenação, certamente será fixado regime diverso do fechado, com a substituição da reprimenda corporal por restritivas de direitos, afigurando-se a constrição

Superior Tribunal de Justiça

cautelar mais gravosa que futura sanção, apontando, ainda, a suficiência das medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP.

Pleiteia, assim, em liminar e no mérito, a revogação da decisão que decretou a constrição preventiva do paciente, com a concessão de liberdade provisória, mediante cautelares alternativas, a fim de que possa responder solto à ação penal.

Liminar indeferida às fls. 29/31.

Informações prestadas às fls. 38/39, 58/59.

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *writ* (fls. 63/66).

É o relatório.

Decido.

O presente *writ* está prejudicado.

Isso porque, de acordo com as informações prestadas às fls. 58/59 e obtidas junto à página eletrônica da Corte Estadual, observa-se que, em 30/07/2019, nos autos da Ação Penal n. 1501976-42.2019.8.26.0344, foi proferida sentença condenando o ora paciente pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06, à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 500 dias-multa, mantida a custódia cautelar com base em fundamentos diversos daqueles utilizados na decisão da preventiva.

In casu, da leitura da sentença condenatória, verifica-se que o Magistrado de primeiro grau manteve a custódia cautelar do réu, agregando fundamentos novos ao decreto prisional, consoante se extrai do seguinte trecho do julgado, *in verbis*:

Nos termos do § 1º, do art. 387, do Código de Processo Penal, vislumbrando a comprovação de circunstâncias cautelares criminais concretas, ante a ausência de modificação do quadro probatório que motivou decretação da prisão preventiva (decisão de fls.81/85 e 107/109), bem como pelo quantum de pena aplicado nesta sentença e o regime inicial do cumprimento da sanção corporal e sua espécie (RECLUSÃO no FECHADO), NEGOU ao sentenciado o direito de recorrer da presente decisão em liberdade.

Nesse contexto, verifica-se que, diante da alteração do cenário fático-processual, consubstanciada no advento de novo título judicial decorrente da sentença condenatória proferida em desfavor do ora paciente, fica superada a alegação

Superior Tribunal de Justiça

trazida na impetração que ataca os fundamentos na manutenção da prisão preventiva por ocasião do decreto preventivo.

Ademais, conforme sedimentado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os fundamentos acrescidos ao novo título adotado para justificar a custódia cautelar, devem ser submetidos à análise do Tribunal de origem antes de serem aqui apreciados, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

No mesmo sentido é a jurisprudência deste Tribunal:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE PESSOAS. NEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR MANTIDA NA SENTENÇA. NOVOS FUNDAMENTOS. NOVO TÍTULO. FUNDAMENTOS NÃO ENFRENTADOS NA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. O habeas corpus não é o meio adequado para a análise de tese de negativa de autoria ou participação por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório, procedimento incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.

3. Caso em que o Juízo sentenciante, ao negar ao paciente o direito de apelar em liberdade, inovou nos fundamentos para manter a prisão cautelar, referindo-se a supostas práticas delitivas ocorridas posteriormente ao fato praticado nos autos.

4. Conforme precedente desta Quinta Turma, "a superveniência de sentença penal condenatória, na qual se agrega nova motivação para a manutenção da prisão cautelar, torna prejudicada a irresignação quanto ao ponto, isto porque, o novo título prisional contém fundamentos cuja legalidade ainda não foi examinada pelo Tribunal originário, não cabendo, portanto, a este Superior Tribunal apreciá-la de forma originária, sob pena de indevida supressão de instância" (AgRg no RHC 49.413/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/10/2014, DJe 06/11/2014).

5. Habeas corpus não conhecido (HC 345.071/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 07/03/2016).

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. EXCESSO DE PRAZO PARA O FIM DA

Superior Tribunal de Justiça

INSTRUÇÃO CRIMINAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NULIDADE. TESTEMUNHO DE POLICIAIS QUE ATUARAM COMO PERITO. MATÉRIA NÃO APRECIADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. NOVOS FUNDAMENTOS DA CUSTÓDIA CORPORAL. PREJUDICIALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

VI - O pedido de revogação da prisão preventiva encontra-se prejudicado em virtude da superveniência de novo título prisional ao qual foram agregados novos fundamentos para a manutenção da segregação cautelar do paciente.

Habeas corpus não conhecido (HC 312.886/RN, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 18/05/2015).

Pelo exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator